

Tendências da Contabilidade Contemporânea

Atena Editora



Atena Editora

**TENDÊNCIAS DA CONTABILIDADE
CONTEMPORÂNEA**

Atena Editora
2017

2017 by Atena Editora
Copyright © da Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves
Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A864t

Atena Editora.
Tendências da contabilidade contemporânea / Atena Editora. –
Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.
1.296 kbytes

Formato: PDF
ISBN 978-85-93243-51-6
DOI 10.22533/at.ed.516170412
Inclui bibliografia

1. Empresas. 2. Contabilidade. I. Título.

CDD-657

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A IMPORTÂNCIA DE UM CONTADOR NA FIGURA DO ADMINISTRADOR JUDICIAL NA BUSCA DA EFICÁCIA DOS PROCESSOS FALIMENTARES E DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Maressa Nadir Fonseca, Benedito Albuquerque da Silva e Ozeni Souza de Oliveira12

CAPÍTULO II

INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMO FERRAMENTA DE APOIO A TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL NA VISÃO DOS CONTADORES DE ESCRITÓRIO EM FEIRA DE SANTANA - Ba

Caroline do Carmo Adorno, René Becker Almeida Carmo, Carlos Alberto Oliveira Brito e Luiz Ivan dos Santos Silva31

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE AS PRÁTICAS DE DIVULGAÇÃO ELETRÔNICA EM PORTAIS PÚBLICOS NO PERÍODO DE 2010-2015

Artur Angelo Ramos Lamenha, Gabriel Ramos Lamenha, João Vinicius Santos Correia de Melo e Maria Luciana de Melo52

CAPÍTULO IV

ARMADILHAS CONTIDAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: UM CASO DE FORENSIC ACCOUNTING

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, César Medeiros Cupertino e Reinaldo de Almeida Coelho71

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dias93

CAPÍTULO VI

AVALIAÇÃO DAS PRINCIPAIS RECEITAS MUNICIPAIS DAS MESORREGIÕES CATARINENSES POR INTERMÉDIO DE INDICADORES CONTÁBEIS (2010-2013)

Rodney Wernke e Ivone Junges115

CAPÍTULO VII

AVALIAÇÕES DE EMPRESAS VIESADAS: UMA ANÁLISE DOS LAUDOS DE OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES

Roberto Francisco de Souza , Diego Messias, Denis Dall’Asta e Jerry Adriani Johann ..138

CAPÍTULO VIII

AVESSO A PERDAS E PROPENSO A GANHOS: PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO À LUZ DA TEORIA DOS PROSPECTOS

Silvana Dalmutt Kruger, Mateus Prestes , Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni.....153

CAPÍTULO IX

DISCLOSURE DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DO SETOR DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LISTADAS NA BM&FBOVESPA

*Leidyane Kássia Brandão Carneiro, Jeanne Marguerite Molina Moreira e Allyne Marie
Molina Moreira.....173*

CAPÍTULO X

ESTATÍSTICA DESCRITIVA APLICADA À ANÁLISE DE BALANÇOS

*Benedito Albuquerque da Silva, Reginaldo Brito da Costa, Michel Constantino de
Oliveira, Ana Paula M. Campos, Nidia M. Guerra Gomes e Rosane Aparecida Kulevicz194*

CAPÍTULO XI

EVOLUÇÃO DA CONDUTA SOCIAL DAS EMPRESAS: UM ESTUDO SOBRE O NÍVEL DE
INVESTIMENTOS EM RESPONSABILIDADE SOCIAL NO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Herivelton Antônio Schuster, Bradley Ricardo Moretti e Roberto Carlos Klann.....207

CAPÍTULO XII

PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DEMANDADO PELO MERCADO DE TRABALHO
NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Silvana Dalmutt Kruger, Keizi Sacon, Sérgio Murilo Petri e Sady Mazzioni.....229

CAPÍTULO XIII

IMPACTOS ECONÔMICOS DA CESTA BÁSICA

*Ozeni Souza de Oliveira, Benedito Albuquerque da Silva, Sandro Aparecido Lima dos
Santos, Michel Constantino de Oliveira e Reginaldo Brito da Costa248*

Sobre os autores.....260

CAPÍTULO V

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dios

AVALIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL PELA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COM BASE NA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Selma Alves Dios

Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Niterói – Rio de Janeiro

RESUMO: A equidade na distribuição de renda é imprescindível para um desenvolvimento sustentável, cuja busca é requisito indispensável de responsabilidade social. No entanto, não existe referência à responsabilidade das empresas e tampouco parâmetros objetivos para a avaliação de seu desempenho neste sentido. Neste estudo, se propõe que a forma como as empresas realizam a distribuição da renda gerada em suas atividades seja um critério objetivo de avaliação de responsabilidade social, bem como são apresentados indicadores objetivos de distribuição e de concentração de renda, fundamentados na distribuição do valor adicionado. A aplicação do modelo na análise da distribuição do valor adicionado de uma das maiores empresas do mundo revelou a alta concentração de renda praticada, bem como outros aspectos relacionados ao seu desempenho social.

PALAVRAS-CHAVE: Distribuição de renda, responsabilidade social empresarial, valor adicionado.

1. INTRODUÇÃO

A riqueza do mundo está altamente concentrada e segue se agravando: em 2014 o 1% dos indivíduos mais ricos do mundo concentrava 48% da riqueza, sendo que praticamente a totalidade dos 52% restantes está em posse dos 20% mais ricos, de modo que 80% da população comparte 5,5% da riqueza mundial. Se mantendo essa tendência, em 2020, 54% da riqueza mundial estará concentrada em mãos de 1% da população (Oxfam, 2015).

Um forte determinante dessa situação é a desigualdade de renda, que vem tendo um aumento significativo desde 1980. Segundo Piketty (2013), os 10% mais ricos dos EUA detêm mais renda que os 50% pobres. Na Europa, a desigualdade de renda é pouco menor, mas ainda assim, muito alta. Atualmente, a desigualdade global na distribuição de renda está em torno de 0,7 no Coeficiente de Gini, mas com tendência de seguir se acentuando. Para comparação, o índice de Gini para Noruega era de 0,226 em 2012, enquanto na África do Sul, um dos países mais desiguais, era de 0,630 (Milanovic, 2013).

A única fonte de recurso da maioria da população do planeta são as rendas do trabalho. No entanto, estas vêm sendo reduzidas ao longo do tempo. Segundo a OIT (2013), desde 1980, na maioria dos países se verifica uma tendência à redução da participação da renda do trabalho no Produto Interno Bruto, o que

significa que se destinou uma proporção menor da renda anual à remuneração da mão-de-obra e uma proporção maior à remuneração do capital.

O problema da distribuição de renda é um assunto por excelência do campo das Ciências Econômicas, e talvez o principal problema a resolver pela teoria econômica. Para Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) aprofundar a análise da desigualdade com novos estudos que melhorem a informação existente, mediante a incorporação de novas ferramentas de análise é uma agenda de investigação relevante (CEPAL, 2015).

A distribuição primária das rendas se realiza por meio de atividade das empresas e o nível de renda entre os distintos estratos socioeconômicos reflete a forma como estes agentes procedem a essa distribuição, particularmente no que se refere aos salários e, em segunda instância, aos impostos. No entanto, si por um lado as Ciências Econômicas não dispõe da visão das operações e dados das empresas, principais agentes na distribuição primária da renda, por outro a Contabilidade tradicional não se ocupa do ambiente econômico e social no qual atuam as entidades contábeis.

Neste estudo nos dedicamos á uma maior compreensão do contexto socioeconômico, tendo por objetivo defender a adoção da distribuição de renda como critério de avaliação da responsabilidade social das empresas e apresentar critérios objetivos de análise da forma como as empresas procedem à distribuição da renda gerada em suas atividades, com base na distribuição de valor adicionado.

2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, RESPONSABILIDADE SOCIAL E IMPLICAÇÃO DAS EMPRESAS

2.1 Equidade distributiva e desenvolvimento sustentável

A equidade se define em função da igualdade de oportunidades e de ausência de privação, em particular no âmbito da saúde, da educação e do consumo (Banco Mundial, 2006), mas também em função da renda disponível para a satisfação das necessidades e de uma vida digna.

A equidade na distribuição de renda é requisito intrínseco para um desenvolvimento sustentável, além dos princípios morais, éticos e todo o que concerne à justiça social. Para Barbier (1987) o desenvolvimento sustentável pode ser medido em termos do aumento de renda real, além dos serviços educacionais e de saúde, entre outros, e só indiretamente relacionado ao crescimento econômico adicionado. Isso se coaduna com a concepção de que o direito ao desenvolvimento deve exercer-se de forma tal que responda equitativamente às necessidades das gerações presentes e futuras, e que todos devem cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo (ONU, 1992).

A satisfação das necessidades básicas das gerações presentes é também um direito formulado em termos jurídicos, regulado pelo ordenamento

internacional. Para Chueca (1998), a caracterização geral do Direito ao Desenvolvimento é que se trata de um direito humano, universal, atribuível a todas as pessoas humanas, fundamental, inalienável e que engloba o resto dos Direitos Humanos.

Para a CMPEPS (2009), a avaliação da distribuição de renda é essencial para o alcance da sustentabilidade, pois o que se transfere para o futuro deve necessariamente expressar-se em termos de estoques de se trate de capital físico, natural, humano e social.

2.2 Implicação das empresas

A fonte primária de todas as operações de renda são as vendas que as empresas realizam com o que remuneram ao capital, ao Estado e ao trabalho. Assim, a maneira como as empresas conduzem suas transações e procedem a essas remunerações se reflete diretamente no fluxo de renda da sociedade, sendo que a essência da responsabilidade social da empresa é operar um equilíbrio entre os interesses da empresa e os interesses públicos (Bauer e Fenn, 1972).

Dessa forma, as empresas devem buscar uma maior equidade na distribuição da riqueza gerada em suas atividades, sendo isso talvez a mais relevante forma de contribuição à evolução da sociedade em que está instalada e de sua responsabilidade social. A esse respeito, de acordo com Muñoz (1987), que empresa assuma suas responsabilidades pressupõe: a) a necessidade de medir em termos de custos e utilidades suas atividades sociais; e b) a análise de como se realiza distribuição dos recursos gerados na atividade empresarial. Assim, o desempenho da empresa na busca de maior equidade na distribuição de renda deve ser reconhecido como critério objetivo de avaliação de Responsabilidade Social Corporativa (RSC).

2.3 A falta de referência à equidade distributiva em RSC

Os documentos de referência em RSC, de forma geral, têm grande relevância quanto a forma como o movimento RSC se desenvolve no mundo e quanto a forma como se comportam as empresas, principalmente as grandes. Essa relevância se deve não só por servirem de modelo e justificativa dos comportamentos, mas também pela legitimação que podem atribuir ao conceder uma espécie de “nada consta” a respeito da conduta das empresas, assim como premiações e projeção como socialmente responsáveis, com todas as vantagens competitivas que podem decorrer baseados nas divulgações feitas pelas próprias empresas associando sua imagem à noção de RSC.

Em uma análise dos principais documentos de referência sobre RSC constatamos a inexistência de recomendações respeito à responsabilidade das empresas na distribuição de renda, assim como de parâmetros objetivos para a

avaliação do desempenho das empresas com respeito à melhoria da distribuição de renda na economia. Entre os documentos se incluem os emitidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela União Européia (UE) e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mais especificamente, as Linhas Diretrizes para as Empresas Multinacionais, de relevância preponderante como referência da RSC, bem como alguns dos principais instrumentos de certificação, como a Guia de Elaboração de Memórias de Sustentabilidade (G4), a Norma AA-1000AS e a Norma SA 8000 (Alves Dios, 2016).

Dentre estes, o único que faz menção à distribuição do valor adicionado é a G4 (GRI, 2011), que prevê a apresentação do valor econômico gerado e distribuído a partir dos dados das demonstrações financeiras, mas não faz qualquer menção a parâmetros ou critérios de referência para a análise destes dados. Além disso, estabelece que a divulgação dessa informação esta condicionada que a empresa a considere relevante ou que não considere que não se pode divulgar por imperativos de confidencialidade. A G4 não faz menção ao relatório contábil por excelência sobre a geração e a distribuição do valor adicionado, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), mas se refere às Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF/IFRS) como fonte, sendo que estas não preveem como obrigatória a apresentação da DVA.

2.4 Critérios para a persecução da equidade em RSC

A definição de parâmetros objetivos de equidade distributiva é um problema complexo e não é fácil um consenso sobre o que seja uma justa distribuição dos recursos, uma vez que implica juízos morais e éticos e preferências individuais que levam os assuntos econômicos ao terreno da política e da ideologia. Além disso, de acordo com Torres López (2009), há que se considerar a possibilidade de efeitos perversos de falta de eficácia na utilização dos recursos.

No entanto, é inegável a necessidade de alteração dos atuais parâmetros de distribuição da renda (em que os 10% mais ricos acumulam o mesmo ou mais que os 90% mais pobres no total das rendas geradas). É imprescindível inserir esse debate na agenda da RSC, aprofundar a compreensão sobre os mecanismos para um maior equilíbrio entre os interesses envolvidos na dimensão social e na dimensão econômica e formular recomendações a respeito de proporções adequadas de participação na renda total de forma a: (a) eliminar as privações; (b) garantir a satisfação das necessidades fundamentais para uma vida digna e (c) promover a redução paulatina das disparidades, considerando as características de cada economia.

A partir daí, buscar-se definir de níveis adequados de rentabilidade do capital e de remuneração do trabalho, assim como da matriz e da carga de tributação, e estabelecer parâmetros de distribuição para chegar-se aos níveis de participação que atenda os objetivos projetados.

3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA COMO ASUNTO DE INTERESSES DA CONTABILIDADE

3.1 Responsabilidade da Contabilidade

O pensamento e prática exercidos na Contabilidade ao longo do tempo contribuíram para a conformação das condições sociais, econômicas e políticas que se observam atualmente.

De acordo com Mathews e Perera (1991) tal como está organizada, profissão contábil está dedicada manter o status quo, se unindo a uma das partes do conflito social (o capital) e excluindo a outra parte (o trabalhador). A Contabilidade não é um efeito meramente passivo de seu entorno, mas trabalha para dar forma este entorno. Esse poder constitutivo da Contabilidade não está restrito ao contexto da organização individual, mas também em um contexto social mais amplo (Napier, 2006).

A diversidade de interesses sociais em conflito envolvidos na Contabilidade sugere que, inevitavelmente, ela tome partido em este conflito. Os importes informados nas demonstrações financeiras das empresas resultam de uma eleição na tomada de decisão empresarial, mas na busca exclusiva do princípio de "imagem fiel", se ignora existência dessa eleição, assim como as implicações para os demais segmentos da sociedade que a Contabilidade deve atender (Tinker, 1991).

Os conhecimentos e as práticas dominantes no campo da Contabilidade seguem quase exclusivamente orientados para que as organizações sejam cada vez maiores e mais rentáveis. Além das distorções econômicas e sociais que essa opção implica, é também, por certo, muito limitada para o que pretende ser uma Ciência Social, considerando que a finalidade destas é, em geral, proporcionar análises e propor alternativas e medidas para melhorar a organização e o desenvolvimento da sociedade. De acordo com (Held, 1980), é sentar as bases para uma exploração, em um contexto de investigação interdisciplinar, de questões relativas às condições que fazem possível o desenvolvimento e a transformação da sociedade, o significado da cultura, e a relação entre o indivíduo, a sociedade e a natureza.

Assim, se apresenta clara a necessidade da ampliação do conhecimento contábil para o cumprimento pleno de sua função social, bem como para o reconhecimento de sua legitimidade como Ciência Social.

A investigação, as práticas, a educação e a teoria contábil se cruzam com as questões políticas e sociais. De acordo com Lehman e Okcabal (2005), o significado e a mensagem da Contabilidade devem ser reconstruídos, para trabalhar não só dentro de seu terreno, mas também com movimentos sociais mais amplos na justiça global. Para eles, isso é tanto mais imprescindível, quando se considera a falta de mudanças significativas nas relações de poder e na distribuição da riqueza, assim como a capacidade de adaptação da Contabilidade para manter-se no aparato regulador dos negócios.

Muitos usuários da Contabilidade, preocupados por um enfoque social da informação requerem dados que evidenciem a geração e a distribuição de renda obtida no período, já que as demonstrações tradicionais são insuficientes para satisfazer tal demanda, devido a sua inclinação para os interesses de um só dos fatores contribuintes da produção, o capital (Gallizo, 1993).

Assim, a Contabilidade pode e deve atuar ativamente nas análises conjunturais e de mercado, e na promoção de medidas, seja desde o âmbito interno das empresas ou em apoio ao poder público, para que os gestores das empresas atuem de forma mais comprometida com o desenvolvimento de seu entorno. Nisto, a busca de maior equidade na distribuição da riqueza é uma das medidas mais importantes.

3.2 Visão da distribuição ao nível do agente econômico

A conformação da distribuição da riqueza gerada pela atividade das empresas não é visível nas análises macroeconômicas. Parece haver uma diferença pronunciada entre as medições habituais das grandes variáveis socioeconômicas – como o crescimento econômico – e as percepções amplamente generalizadas dessas realidades, quer dizer, as que importam realmente para o bem-estar dos indivíduos. Isso pode explicar-se, entre outros fatores, porque ante mudanças de grande amplitude em matéria de desigualdade (e mais geralmente na repartição das rendas), o PIB calculado por habitante pode não proporcionar uma avaliação adequada da situação da maioria da população (CMPEPS, 2009).

Além disso, na visão econômica, a pobreza e a desigualdade são entendidas como problemas derivados de disfunção da economia. Por um lado há uma firme opinião de que depende de que haja um intenso crescimento econômico e por outro há os que entendem que a qualificação da mão-de-obra e as políticas sociais são as ferramentas mais eficazes para conseguir um melhor perfil distributivo, ou inclusive, uma combinação de estas duas posições (Sicsú et al, 2005).

Neste sentido, de acordo com Kuznets (1955), nas análises econômicas costumam ser considerados somente os efeitos as políticas econômicas (fiscal, monetária, cambiária, etc.), em consonância com as concepções da economia neoclássica de funcionamento do mercado, sendo que um trabalho efetivo em esta área exige que o análise se desvie da economia de mercado para uma economia político-social.

Efetivamente, os baixos níveis de renda que recebem as pessoas, ocorrem sob a lógica de continuada redução dos custos de mão-de-obra e, portanto, são políticas deliberadas pelas empresas. Desta forma, na falta de equidade na distribuição da riqueza há um componente intencional por parte dos agentes econômicos, mas que, em geral, não são considerados nas análises econômicas.

Por outro lado, como apontaram Grosse e Behrman (1992), é necessário que a análise da responsabilidade das empresas, em particular as multinacionais, envolva conhecimentos multidisciplinares. No entanto, consideram que essa tarefa

não é simples por duas razões: (a) os economistas, científicos e políticos utilizam perspectivas enfocadas no contexto externo das empresas multinacionais, assumindo que a organização não é importante ou a tratam como uma “caixa negra”; (b) os teóricos organizacionais se baseiam em perspectivas enfocadas nas operações internas das empresas transnacionais e prestam pouca atenção aos contextos nos quais operam.

Assim, é provável que a importância da forma de atuação das organizações como influentes no nível de renda das pessoas e, conseqüentemente, na desigualdade, esteja subestimada na visão econômica, e que isso seja devido principalmente a que esta não têm por foco os agentes econômicos individualmente e tampouco a forma de atuação destes agentes econômicos.

Nesse contexto, a análise da distribuição do valor adicionado das empresas se constitui em um necessário aprofundamento das análises macroeconômicas, pois proporciona uma visão da distribuição do crescimento econômico ao nível do agente econômico, ao mesmo tempo em que permite uma avaliação da efetiva contribuição da empresa ao desenvolvimento socioeconômico do entorno.

Por fim, há que se considerar que, do mesmo modo que é necessária uma visão da forma como se distribui o PIB, a geração do valor adicionado das empresas também precisa ser enfocada mais pela forma como se distribui entre os diversos fatores de produção do que pelo volume total gerado.

4. MODELO PARA A ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

4.1 Perspectiva da distribuição funcional e o Demonstração do Valor Adicionado

A distribuição da renda pode ser analisada sob diferentes enfoques, sendo o da distribuição pessoal (distribuição da renda entre os indivíduos e as famílias o mais difundido. No entanto, esse não leva em conta a origem das rendas. É a perspectiva da distribuição funcional da renda que trata da distribuição do excedente econômico entre os fatores produtivos que contribuíram para sua geração. Por isso, é a que tem maior correlação com a RSC.

O debate sobre a distribuição funcional da renda está nas origens da economia moderna. O economista clássico David Ricardo propõe que a finalidade da economia seja determinar as leis que regulam a distribuição do produto nacional entre proprietários de terra, donos do capital e trabalhadores, assim como verificar as mudanças na distribuição funcional da renda entre estes fatores a través do tempo. No entanto, segundo Considera e Pessoa (2012), o problema da distribuição funcional da renda tem sido pouco analisado, principalmente devido à falta de informação.

A informação sobre a distribuição do valor adicionado (VA) se dispõe na DVA. Essa demonstração foi destacada no documento “The Corporate Report” (ICAEW, 1975) como a maneira mais simples e mais imediata de por o lucro na perspectiva

correta frente ao conjunto da empresa, como um esforço coletivo pelo capital, a gestão e os empregados, refletindo como se utilizou o valor adicionado para “pagar” aos que contribuem a sua criação.

Ao longo dos anos setenta se desenvolveu um grande movimento a favor da elaboração da DVA coincidente com a corrente doutrinal que defendia a “responsabilidade social da empresa”. Essa demonstração também expressa a importância econômica da empresa no conjunto da produção nacional, uma vez que o PIB se compõe do somatório do VA das instituições.

Reconhecidos autores se manifestaram favoráveis a apresentação de informação sobre o VA: Grøjer e Stark (1977) buscaram descrever o retorno que os diversos grupos de interesses obtêm em sua reação com a empresa; Albarch (1978) ressaltou relevância do DVA como forma de representação dos diversos fluxos de relações sociais e que a partir das mudanças na distribuição da renda, se pode verificar a evolução e as tendências de como os grupos sociais logram atenção de suas demandas por parte das corporações; Burchel et al. (1985) analisaram o papel da Contabilidade na Economia Nacional e a relevância da DVA para a manifestação das políticas econômicas e sociais; Cosenza et al. (2002) analisaram a importância do DVA para a compreensão dos aspectos socioeconômicos e identificaram uma tensão interna causada por exigências laborais e obrigações fiscais, frente aos lucros retidos e que as decisões com respeito à destinação de recursos estiveram sujeitas à capacidade de pressão que dos agentes.

Ainda que a distribuição funcional da renda se refira fundamentalmente à distribuição de renda entre o trabalho e o capital, existem agentes econômicos como o Estado que, não sendo fator produtivo, contribui de forma indireta à criação de valor pela empresa. Assim, além do trabalho e o capital próprio, se considera o Estado, o capital de terceiros e a própria empresa nessa distribuição.

4.2 Critérios e parâmetros de equidade distributiva

Uma vez estabelecidos os níveis adequados de participação de cada segmento na renda total, assim como os parâmetros para alcançar tais níveis e conseguido que a participação dos segmentos obedeça aos parâmetros estabelecidos, a equidade se manterá se as proporções de participação na renda forem mantidas. Tomando em conta a distribuição do VA, a equidade se mantém se a variação da participação de cada segmento mantiver estreita relação com a variação do VA.

Dessa forma, qualquer variação nas proporções significa um prejuízo para um segmento em favor do outro e, por tanto, uma redução da equidade. Assim, a correlação entre as variações de participação de cada segmento no VA e as variações mesmas do VA é uma medida de avaliação da equidade na distribuição da renda.

Para ilustrar, elaboramos um exemplo hipotético de distribuição do valor

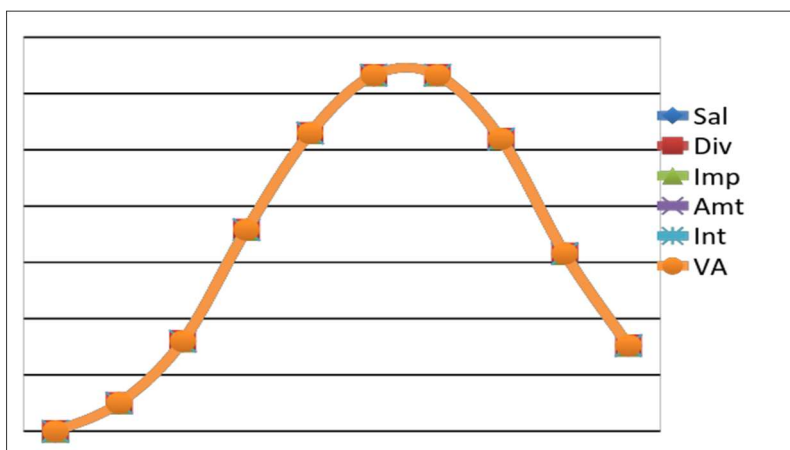
adicionado para um período de 10 anos, em que as proporções de participação se mantêm constantes ao longo do tempo:

Tabela 1 - VA e sua distribuição aos segmentos

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Valor	1500	1650	1980	2574	3088	3397	3397	3057	2446	1957
Adicionado	0	0	0	0	8	7	7	9	3	1
:										
<u>Distribuição</u>										
:										
Salários	5000	5500	6600	8580	10296	11326	11326	10193	8154	6524
Lucros	4000	4400	5280	6864	8237	9060	9060	8154	6524	5219
Impostos	3000	3300	3960	5148	6178	6795	6795	6116	4893	3914
Depreciação	2000	2200	2640	3432	4118	4530	4530	4077	3262	2609
Juros	1000	1100	1320	1716	2059	2265	2265	2039	1631	1305

Todos os segmentos tiveram taxas de variação anual iguais às taxas de variação do VA, não se alterando as proporções de participação entre eles:

Gráfico 1 - Variação da distribuição do VA aos segmentos



4.3 Efeitos na distribuição de renda

Para uma melhor compreensão de como a distribuição do VA pode afetar a distribuição de renda geral na economia, desenvolvemos um indicador de distribuição de renda e um indicador de concentração de renda, complementares entre si, considerando os segmentos tradicionalmente representados no DVA (empregados, acionistas, governo e a própria empresa):

- Indicador de Distribuição de Renda (IDR) - agrega os montantes distribuídos aos salários e aos impostos:

$$\frac{\text{IDR} = \text{SALÁRIOS} + \text{IMPOSTOS}}{\text{VALOR AÑADIDO}}$$

Partimos da consideração de que, de forma geral, os salários passam às mãos de pessoas físicas e se destinam à satisfação das necessidades básicas, indo diretamente à circulação na economia. A maior parte da população do mundo se sustenta por meio do trabalho assalariado (Banco Mundial, 2001). Por isso consideramos o principal vetor de distribuição de renda.

A insuficiência ou falta de rendas do trabalho devem ser complementadas através da ação redistributiva do Estado, concedendo às famílias prestações sociais (rendas secundárias), com recursos provenientes principalmente dos impostos. Além disso, parte significativa dos impostos se destina pagamento de salários dos funcionários públicos, e às prestações sociais e serviços proporcionados pelo Estado. Assim, estes são o segundo vetor em relevância na distribuição de renda.

- b) Indicador de Concentração de Renda (ICR) – se compõe dos lucros, base da remuneração do capital, e das amortizações, recursos destinados à autofinanciamento, ou seja, manutenção e expansão de ativos.

$$\frac{\text{ICR} = \text{LUCROS} + \text{AMORTIZACIONES}}{\text{VALOR AÑADIDO}}$$

Estes recursos representam a parte da renda que permanece em poder dos proprietários do capital, seja para a acumulação, seja para o enriquecimento da própria empresa (Gallizo, 1993).

Não consideramos a remuneração ao capital de terceiros, pois ainda que, em termos econômicos, este seja entendido como um fator de produção, tal retribuição não pode ser qualificada como concentração de capital próprio nem distribuição para a economia.

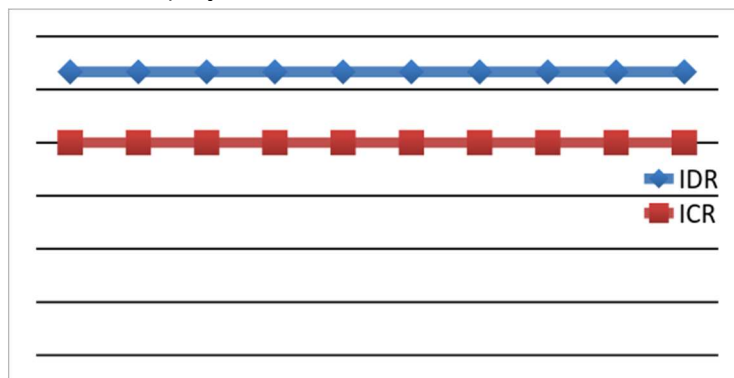
Voltando ao exemplo anterior, dado que não há variação na participação de nenhum dos fatores, a proporção de renda concentrada (40,0%) se mantém constante ao longo do período, frente à proporção de renda distribuída (53,3%):

Tabela 2 – Proporção de renda distribuída e de renda concentrada

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
IDR	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%	53,3%
ICR	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%	40,0%

* A diferença para 100% corresponde aos juros (6,7%), não incluídos no modelo.

Gráfico 2 – Proporção de renda distribuída e de renda concentrada



Este é um exemplo extremo, em que a participação dos segmentos não sofreu qualquer variação ao longo do período. No entanto, sabemos que não é o que ocorre na realidade, pois não existem parâmetros que garantam patamares de renda, principalmente entre os agentes com menor poder de barganha.

Cabe ressaltar que esta concepção está limitada ao tipo de informação que dispomos na DVA. Sua relevância está em propor as bases para que se formulem modelos de análise mais completos, que devem levar em conta não só os aspectos quantitativos da constituição dos fatores, mas também outros fatores envolvidos na determinação da situação da distribuição da renda.

5. ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DE UMA EMPRESA

Para ilustrar apresentamos uma análise dos efeitos na distribuição de renda da atividade de uma das maiores empresas do mundo. Trata-se de uma empresa dos Países Baixos (NL), uma das maiores daquele o país em receita bruta. Opera principalmente o transporte de petróleo cru e seus derivados, em cerca de 60 países, com cerca de 2.800 empregados no total. A empresa informa que tem 46 anos consecutivos de funcionamento gerando lucros e que em 2011 sua receita bruta teve um crescimento de 386,9% com relação a 2004. A empresa se declara comprometida em ser um cidadão corporativo responsável.

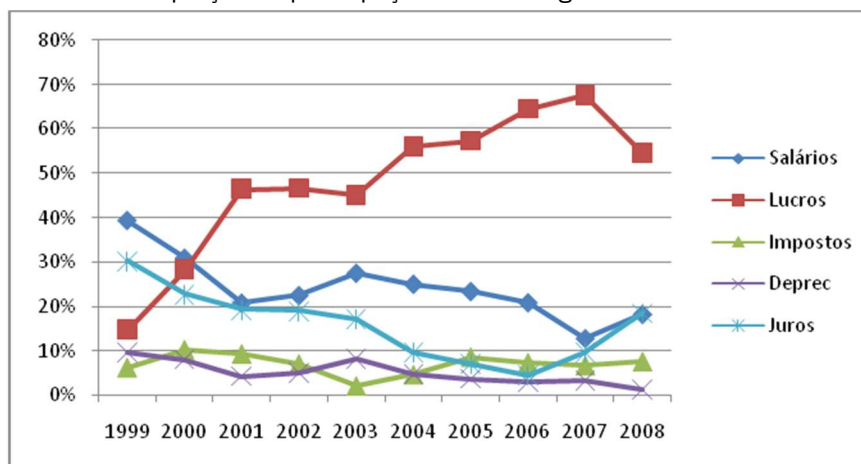
Compilamos da base de dados Amadeus os dados da distribuição do valor adicionado da empresa no período de 10 anos, compreendidos entre 1999 e 2008, como se mostra na tabela e gráfico seguintes:

Tabela 3 – Proporção da participação de cada segmento no valor adicionado

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Mediana
Salários	0,39	0,30	0,20	0,22	0,27	0,25	0,23	0,20	0,12	0,18	0,24
	3	8	7	4	4	0	3	8	8	2	1
Lucros	0,14	0,28	0,46	0,46	0,45	0,56	0,57	0,64	0,67	0,54	0,48
	6	2	4	6	1	0	2	5	6	5	1
Impostos	0,06	0,10	0,09	0,07	0,02	0,04	0,08	0,07	0,06	0,07	0,07
	3	3	3	0	1	7	6	3	7	6	0
Deprec	0,09	0,08	0,04	0,04	0,08	0,04	0,03	0,02	0,03	0,01	0,05

	6	0	2	9	2	7	6	9	2	2	0
Juros	0,30	0,22	0,19	0,19	0,17	0,09	0,07	0,04	0,09	0,18	0,15
	2	7	3	0	2	7	2	5	7	5	8

Gráfico 3 - Proporção da participação de cada segmento no valor adicionado

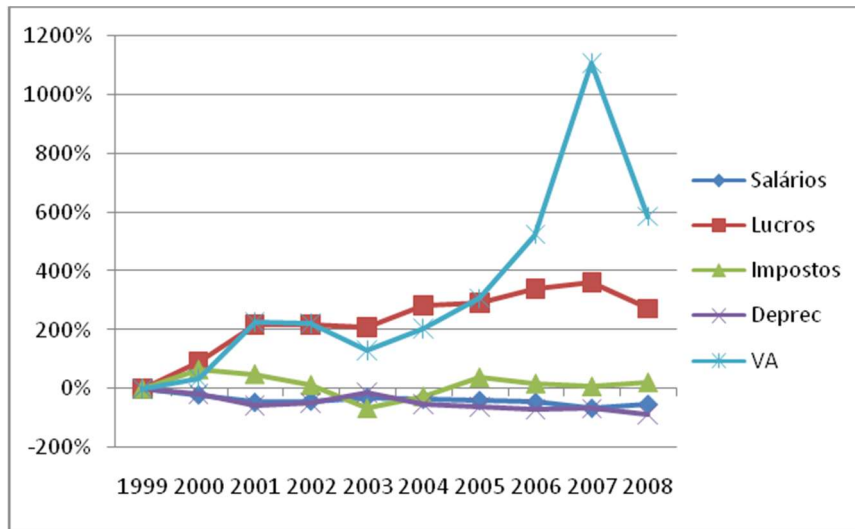


Comparando as participações dos segmentos entre si se verifica que o nível de participação dos lucros (48,1%) está muito por encima do nível de participação dos salários (24,1%), assim como dos demais segmentos. A variação anual das participações com respeito ao primeiro ano da série é como disposto na tabela 4 e gráfico 4:

Tabela 4 - Variação da distribuição do valor adicionado

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Mediana
Salários	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-67,4%	-	-
	%	21,5	47,1	42,9	30,1	36,4	40,6	46,9		53,6	43,0
		%	%	%	%	%	%	%		%	%
Lucros	0,0	92,9	217,	219,	208,	283,	291,	341,	362,3	273,	254,
	%	%	4%	0%	2%	1%	5%	2%	%	0%	3%
Impostos	0,0	64,6	49,2	12,6	-	-	38,0	17,3	7,4%	21,4	13,2
	%	%	%	%	66,1	25,6	%	%		%	%
					%	%					
Amortizac	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-67,2%	-	-
	%	16,9	56,2	49,0	14,9	51,2	62,4	70,2		88,0	52,9
		%	%	%	%	%	%	%		%	%
VA	0,0	35,3	227,	224,	132,	206,	308,	526,	1109,	587,	373,
	%	%	2%	1%	4%	1%	4%	4%	8%	3%	0%

Gráfico 4 – Variação da distribuição do VA



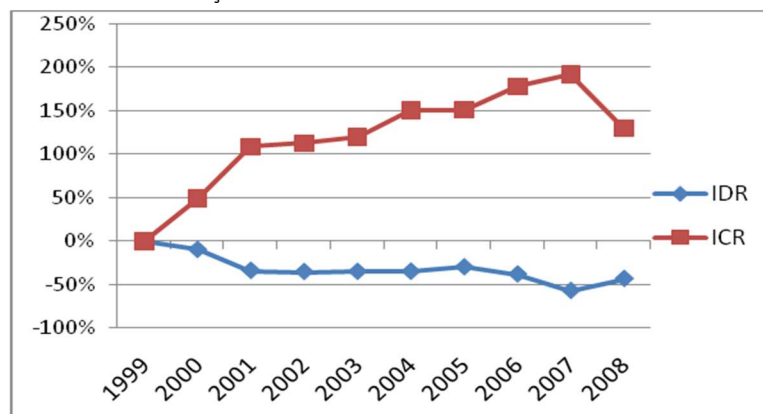
A empresa tem um acentuado crescimento do valor adicionado ao longo do período (média de 373%) com um extremo crescimento em 2007, a maior parte incorporada pelos lucros (254,3%), que tem evolução semelhante à evolução do VA. Os impostos apresentam crescimento muito abaixo (13,2%) e os salários têm comportamento inverso, com contínua redução ao longo do período (-43%). As amortizações também apresentam redução contínua (-52,9%). O pico de crescimento de 2007 se reflete apenas nos lucros.

Quanto aos efeitos na economia, a renda distribuída tem redução de -35,2%, enquanto que a renda concentrada se incrementa em 132,4%:

Tabela 5 – Variação da renda distribuída e da renda concentrada

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Media
ID	0,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R	%	9,7%	33,9%	35,2%	35,1%	34,9%	29,8%	38,1%	57,1%	43,3%	35,2%
IC	0,0	49,3	108,8	112,7	119,7	150,5	151,1	178,0	191,9	129,8	132,4
R	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%

Gráfico 5 – Variação da renda distribuída e da renda concentrada



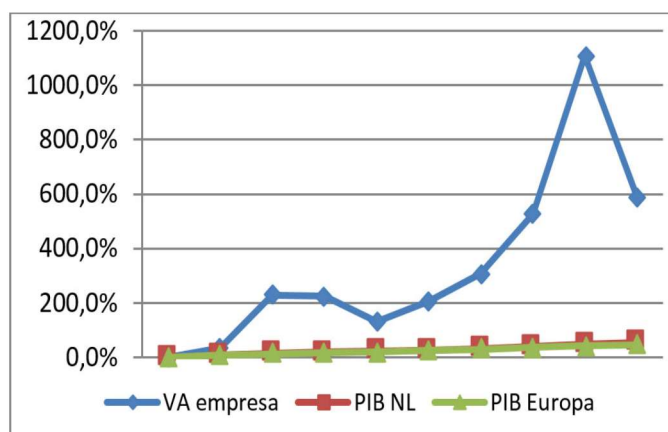
O acentuado crescimento da concentração de renda frente a acentuada redução da distribuição de renda, indica efetiva polarização entre a remuneração do capital e do trabalho. A semelhança entre o fluxo da distribuição de renda e o dos salários e entre o fluxo da concentração de renda e o dos lucros indica a reduzida expressão dos impostos e das amortizações na distribuição do valor adicionado da empresa. Há que destacar que a intensidade da concentração de renda está atenuada pela redução sofrida pelas amortizações. No entanto, esta não é uma situação normal, se levamos em conta o princípio da continuidade das entidades e a necessidade de inversão para a manutenção da capacidade produtiva.

A comparação do desempenho de uma empresa com o do sector, país ou região permite inferências sobre a intensidade da distribuição e ou da concentração de renda realizada por a empresa. Desta forma, apresentamos a comparação do desempenho da empresa analisada com o desempenho do agregado das 50 maiores empresas dos Países Baixos e das 500 maiores empresas de Europa, no mesmo período (todos os dados foram extraídos da base de dados Amadeus) quanto ao crescimento econômico obtido no período:

Tabela 6 – Crescimento do VA - Empresa/País/Região

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	Media
Vitol	0,0 %	35,3 %	227,2 %	224,1 %	132,4 %	206,1 %	308,4 %	526,4 %	1109, 8%	587,3 %	373,0 %
NL	0,0 %	29,6 %	17,7 %	15,9 %	14,0 %	12,2 %	21,9 %	26,9 %	43,3% %	38,6 %	24,5 %
Euro pa	0,0 %	8,5% %	6,6% %	9,7% %	9,9% %	17,5 %	30,5 %	39,9 %	52,5% %	55,8 %	25,7 %

Gráfico 6 – Crescimento do VA - Empresa/País/Região



O crescimento da empresa (média de 373,0%) foi muito superior ao crescimento das demais empresas do país (média de 24,5%) e da Europa (25,7%). A distribuição desse crescimento se verifica nos gráficos seguintes:

Gráfico 7 - Participação dos salários

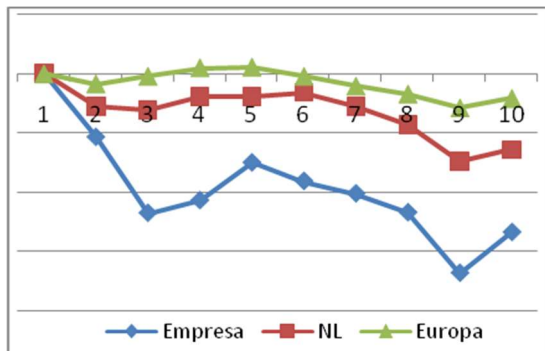


Gráfico 8 - Participação dos lucros

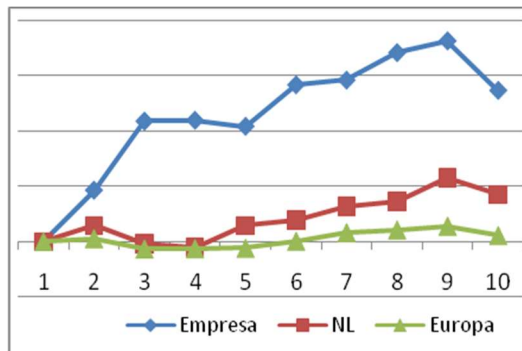


Gráfico 9 - Participação dos impostos

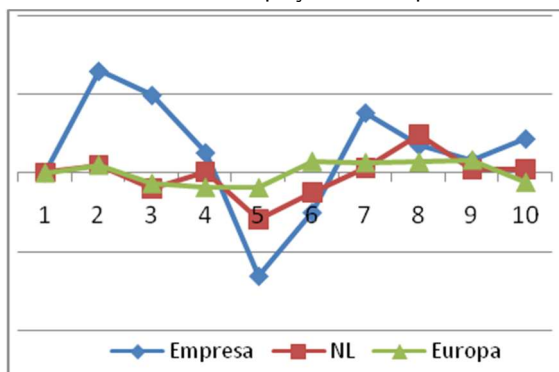
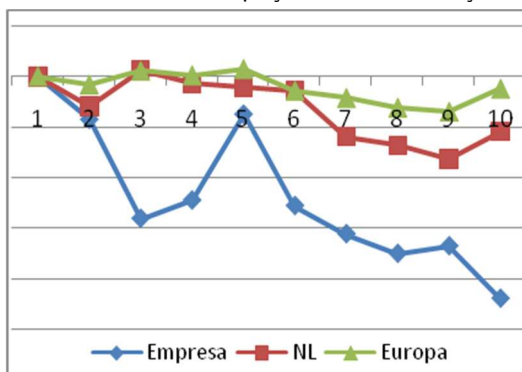


Gráfico 10 - Participação das amortizações



A participação dos salários sofre redução em todos os âmbitos, sendo que na empresa é mais intensa (-43%) que entre as demais empresas do país (-14,3%) e da Europa (-3,5%). Os lucros têm crescimento mais intenso na empresa (254,3%), que na média do país (46,9%) e da Europa (4,8%). A distribuição aos impostos na empresa (média de 13,20%) é mais irregular que entre as demais empresas do país (-1,90%) e da Europa (0,20%), e as amortizações também têm redução acentuadamente maior na empresa (-52,9%) do que o ocorrido no país (-14,1%) e na Europa (-4,80%):

Os efeitos na distribuição e concentração de renda na economia se verificam nos gráficos seguintes:

Gráfico 11- Renda distribuída

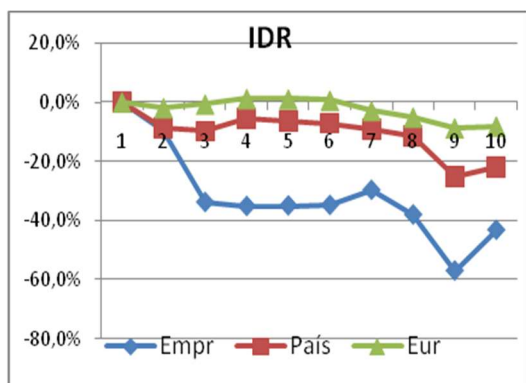
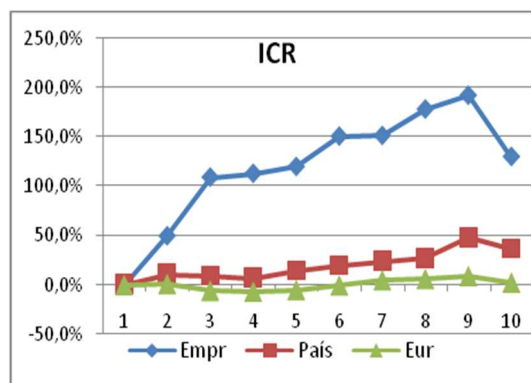


Gráfico 12- Renda concentrada



A redução da renda distribuída é mais intensa na empresa (-35,2%) que nas demais empresas do país (-11,8%) e da Europa, (-2,8%), do mesmo modo que o

incremento da concentração é mais intenso na empresa (132,4%) do que no restante das empresas do , país (21,5%) e na Europa (0,6%). Assim, apesar do crescimento muito acima da média do país e da Europa, a empresa teve um desempenho pior do que o observado naqueles âmbitos. A empresa reduz intensamente a renda distribuída, sendo os salários o principal vetor dessa redução.

É notável a semelhança entre a evolução dos salários na empresa e a evolução dessa magnitude na média do país. O mesmo com o comportamento dos lucros, da renda distribuída e da concentrada. Em menor grau, essa semelhança se verifica também no desempenho da Europa. Isso corrobora o pressuposto sobre o impacto das grandes empresas na economia dos países. Neste caso, a empresa influencia forçando para cima a participação média dos lucros e para baixo a participação média dos salários e dos demais fatores. Consequentemente, as empresas menores exercem força contrária. Quer dizer, que as empresas menores são responsáveis de melhores condições de distribuição de renda que a empresa analisada.

A inexistência de correlação entre a evolução das rendas e a geração de valor adicionado significa que ter crescimento econômico não é fator determinante para que a empresa proceda a uma melhor distribuição da renda gerada nas suas atividades. Como isso ocorre ao longo de todo o período analisado, não se trata de uma situação conjuntural, mas de uma tendência de comportamento.

Quanto à responsabilidade social, partimos da consideração de que a conduta responsável é a que se pauta por transmitir o crescimento do valor adicionado aos segmentos. Dessa forma, a conduta empresa analisada se qualifica como não responsável em vista do crescimento econômico obtido e a discrepância em sua distribuição.

A drástica redução da participação dos salários indica eliminação de postos de trabalho e ou redução dos níveis de salários pagos pela empresa, situação incompatível com o intenso crescimento experimentado no período.

O fato de que os lucros incorporaram quase a totalidade do crescimento do valor adicionado indica o ânimo de concentração de renda. O baixo crescimento dos impostos é incompatível com o alto crescimento dos lucros e pode ser indicativo de manipulação das contas para um nivelamento por baixo dos pagamentos de impostos e ou de evasão fiscal.

A aleatoriedade e baixo nível de participação das amortizações indicam que a empresa não está fazendo a previsão necessária para investimento na manutenção da capacidade produtiva. Isto pode significar a redução da planta industrial e ou orientação dos negócios para uma “financiarização”. Warde (2002) discute o nexos entre a redução das amortizações e dos salários, e aponta que a base da globalização é que o capital se multiplica por juros e não pela produção e pelo emprego, favorecido pela liberação completa dos movimentos de capitais e o “inchaço” e a desmaterialização das transações financeiras.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição de critérios ou parâmetros objetivos de equidade distributiva é um problema complexo. No entanto, é útil começar por estabelecer parâmetros de referência para a gestão das medidas para uma distribuição mais equitativa da renda. A informação sobre a geração e distribuição do valor adicionado é imprescindível, frente às análises agregadas da economia, pois permite a visão: (a) da distribuição ao nível de um agente econômico e (b) da capacidade de um agente influenciar as condições de renda na economia, permitindo ainda inferências sobre as motivações associadas ao processo de distribuição de renda.

Essa análise pode ser tanto mais relevante quanto maior seja empresa, como aquelas cujos valores adicionados são muito altos e influem nas contas nacionais das economias nas quais operam e nas condições de funcionamento do mercado. O aprofundamento do conhecimento sobre a distribuição do valor adicionado é de grande relevância para a compreensão da responsabilidade das empresas no acirramento da desigualdade global ou na reversão, para o caso das empresas efetivamente responsáveis. Sua incorporação como medida de responsabilidade social, provocando maior visibilidade da conduta das entidades, pode exercer uma pressão para minimizar o ímpeto concentrador de renda e estimular iniciativas da parte do setor privado que esteja comprometida com a melhoria das condições de vida das pessoas.

As análises da distribuição do VA devem se realizar desde diversos níveis de agregação e conformação, nos quais existam condições similares que justifiquem a agregação. No contexto global, o mais alto grau de agregação seria o que reúne as empresas de uma região geográfica ou bloco econômico, passando pelo conjunto das empresas de um país, um estado, cidade, etc., até o nível de um agente econômico ou entidade contábil. É imprescindível seguir desenvolvendo a compreensão a respeito do comportamento dos fluxos de renda, como por exemplo, realizar este tipo de análise em empresas sob o mesmo controlador, independente de que estejam em regiões diferentes, e por tanto, contexto sócio-econômico diferentes. Outra possibilidade é analisar o que ocorre na escala de distribuição de rendas entre os diversos níveis hierárquicos da empresa, assim como verificar as origens das disparidades de rendas entre sectores, o por regiões. Realizado em significativa parte das entidades, permite avaliar os efeitos do crescimento econômico no nível de renda geral.

Uma aplicação mais ampla seria servir de base para a criação de um indicador global de distribuição de renda, no mesmo sentido que o Indicador do Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD, que dispõe de uma base de dados com informação referente aos critérios de desenvolvimento de grande parte dos países do planeta. Para isso, serviria criar uma base de dados institucional com as informações de geração e distribuição do valor adicionado de todas as empresas. Ainda que tal realização demande muito trabalho e esforço, nos parece viável nas condições atuais de interconexão das organizações em todo o globo terrestre e de recursos tecnológicos. Um exemplo é que uma grande quantidade de empresas,

em uma grande quantidade de países já elabora suas contas anuais de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, como resultado de um trabalho coordenado para a difusão das normas e para a atuação dos órgãos de classe, profissionais de contabilidade e acadêmicos, em âmbito global.

Essa perspectiva é, ao mesmo tempo, uma valiosa oportunidade para que a Contabilidade resgate e assuma seu papel social de forma mais ativa; incorpore os interesses de toda a sociedade em sua agenda e aproveite sua capacidade de prover informação fiável e de qualidade para o desenho de políticas públicas que busquem uma forma de desenvolvimento econômico que promova a justiça social.

REFERENCIAS

ALBACH, H. Die Verteilung des Unternehmenseinkommens. **ZfB**, año 48,1978.

ALVES DIOS, S. **Implicación de las empresas en la desigualdad global, ineficacia de la Responsabilidad Social Corporativa y el papel de la Contabilidad**. Tese de Doctorado. Universidad de Zaragoza. 2016.

BANCO MUNDIAL. Lucha contra la pobreza. **Informe sobre el desarrollo mundial**. 2001. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: junho de 2012.

BANCO MUNDIAL. Equidad y Desarrollo. **Informe sobre el desarrollo mundial**. 2006. Disponível em: <http://www.worldbank.org>. Acesso em: junho de 2012.

BARBIER, E. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**. 14(2):101-110. 1987.

BAUER, R.A.; FENN, D. H. The Corporate Social Audit. **Social Science Frontiers**, Rusell Staje Foundation. pp. 15-16. 1972.

BURCHEL, S., CLUBB, C.; HOPWOOD, A. Accounting in its social context: towards a history of value added in the United Kingdom. **Accounting, Organization and Society**, 10(4). 1985.

CEPAL – Comissão para a America Latina e o Caribe. **Desigualdad, concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina**. Juan P. Jiménez. 2015.

CHUECA, A. G: El Derecho al Desarrollo en el Derecho Internacional de los Derechos Humanos. **Revista Aragonesa de Administración Pública**. págs. 47-74, Nº Extra 2. 1998.

CMPEPS - Comisión sobre la Medición del Desarrollo Económico y del Progreso

Social. **Informe de la Comisión sobre la Medición del Desarrollo Económico y del Progreso Social**. 2009. Comissão liderada por Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi.

CONSIDERA, C. M.; PESSOA, S. A. **A distribuição funcional da renda no Brasil: 1959-2009**. Instituto Brasileiro de Economia. Fundação Getúlio Vargas. 2012.

COSENZA, J. P.; GALLIZO, J. L.; JIMENEZ, F. A participação dos agentes econômicos no valor adicionado: estudo empírico na indústria siderúrgica brasileira no período 1996-2000. **Contabilidade Vista e Revista**. Belo Horizonte. v. 13, no. 2, p. 37-66. 2002.

GALLIZO, J.L. El Estado de Valor Añadido. **Los estados financieros complementarios**. Dirección y Coordinación GALLIZO, J.L. Ed. Pirámide, Madrid. 1993.

GRI - Global Reporting Initiative. **Guía para la Elaboración de Memorias de Sostenibilidad**. 2011.

GROJER, J.E.; STARK, A. Social accounting: a Swedish attempt. **Accounting, Organizations and Society**, Vol. 2 No. 4, pp. 349-86. 1977.

GROSSE, R.; BEHRMAN, J. Theory in International Business. **Transnational Corporations**, 1: 93-126. 1992.

HELD, D. **Introduction to Critical Theory: Horkheimer to Habermas**. University of California Press, Berkeley. 1980.

HERNÁNDEZ, M.C. **El valor añadido como indicador económico de la responsabilidad social de la empresa: una aplicación empírica**. Tesis Doctoral. Universidad de la Laguna. Diciembre. 1997.

ICAEW - Institute of Chartered Accountants in England and Wales. **The Corporate Report**. Londres. 1975.

KUZNETS, S. Economic Growth and Income Inequality. **The American Economic Review**, Vol. 45, No. 1. (Mar), pp. 1-28. 1955.

LEHMAN, C.; OKCABOL, F. Accounting for crime. **Critical Perspectives on Accounting**, 16 613–639. 2005.

MATHEWS, M.R; PERERA, M.H.B. **Accounting Theory and Development**, 3rd ed., Thomas Nelson Australia, Melbourne. 1995.

MILANOVIC, B. Global Income Inequality in Numbers: in History and Now. **Global**

Policy, Vol. 4, Issue 2, pp. 198–208, May. 2013.

MUÑOZ, C. **Aportaciones contables a los nuevos objetivos y enfoques socioeconómicos de la empresa**. IPC. Ministerio de Economía y Hacienda, Madrid. 1987.

NAPIER C. J. Accounts of change: 30 years of historical accounting research. **Accounting, Organizations and Society**, 31. 445–507.2006.

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **OECD Guidelines for Multinational Enterprises**. 2000. Disponível em: <http://www.oecd.org>. Acessado em: setembro de 2012.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. **Tendencias mundiales del empleo. Para recuperarse de una segunda caída del empleo**. Ginebra. 2013.

OXFAM. Riqueza: tenerlo todo y querer más”. **Informe Temático de Oxfam**. Débora Hardoon. <https://www.oxfam.org/es/informes/riqueza-tenerlo-todo-y-querer-mas.2015>.

PIKETTY, T. **Le capital au XXIe siècle**, París: Seuil. 2013.

SICSÚ, J.; DE PAULA, I. F.; MICHEL, R. Por que um Novo-Desenvolvimentismo? **Jornal dos Economistas**, no. 186, janeiro, p. 3-5. 2005.

TINKER T. The accountant as partisan. **Accounting Organization and Society**. 297–310. 1991.

ONU– Organização das Nações Unidas. **Declaración del Río sobre el Medio ambiente y el Desarrollo**. 1992. Disponível em: <http://www.un.org/es/documents/udhr/> Acessado em: maio de 2011.

WARDE, I. Delinquência e mistificação. **Biblioteca Diplô**. Ago. 2002. Disponível em www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=518. Acessado em: agosto de 2015.

ABSTRACT: The equitable distribution of income is essential for sustainable development, which pursuit is an indispensable requirement of social responsibility. However, there is no reference to the responsibility of corporations or objective parameters for assessing their performance in this regard. In this study, it is proposed that the way companies perform the income distribution generated in their activities become an objective criterion for the evaluation of social responsibility, as well as objective indicators of distribution and concentration of income, based on the distribution of added value. The application of the model in the analysis of the value added distribution of one of the largest companies in the

world revealed the high concentration of income practiced, as well as other aspects related to its social performance.

KEYWORDS: Income distribution, corporate social responsibility, added value

Sobre os autores

Allyne Marie Molina Moreira Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza; Mestranda em Direito no Centro Universitário 7 de Setembro.

Ana Paula de Moraes Campos Teixeira Coordenadora e Professora da Faculdade de Administração do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT). Graduada em Administração Com Habilitação em Comercio Exterior. Mestrado em Administração e Liderança. Mestranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária. Pós-Graduada Gestão em Negócio. paulacampos.adm@hotmail.com

Artur Angelo Ramos Lamenha É doutorando em Administração de empresas y Comércio Internacional pela UNEX (2013); Mestre em Gestão Pública (2010), especialista em Psicologia Organizacional (2015); especialista em Economia (2012); especialista em Contabilidade e Controladoria (1998) e graduado em Ciências Contábeis (1995). Atualmente é Professor da UFAL (FEAC) nos cursos de graduação em ciências contábeis e administração, e do Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC nos cursos de especialização das áreas de Administração, Administração Pública e Ciências Contábeis. Tem trabalhos publicados em livros e artigos científicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. É componente da Academia Alagoana de Contabilidade empossado na cátedra 21, E-mail: artur.lamenha@gmail.com.

Benedito Albuquerque da Silva Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis – FAC – Departamento de Ciências Contábeis. Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de Várzea Grande-UNIVAG; Mestre em Ciências Contábeis e Atuariais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP;Doutor em Contabilidade pela Universidade Nacional de Rosário – Argentina; Doutorando em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: ba.silva@terra.com.br

Bradlei Ricardo Moretti Professor da Universidade Regional de Blumenau Auditor Independente. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB E-mail: morettibrm@hotmail.com

Carlos Alberto Oliveira Brito Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: caobrito@uol.com.br

Caroline do Carmo Adorno Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; E-mail para contato: adornocaroline@gmail.com

César Medeiros Cupertino, Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, Santa Catarina. Possui graduação em Ciências Contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1992), mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (2003), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2005), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010), doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina e pós-doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Professor em cursos de graduação e pós-graduação, tendo atuado em diversas instituições de ensino de Santa Catarina, entre elas: UFSC, UDESC/ESAG, SOCIESC/FGV, SENAC/SC e UNIVALI. Entre as disciplinas lecionadas destacam-se as seguintes: Administração Financeira, Mercado de Capitais, Matemática Financeira, Métodos Matemáticos e Estatísticos, Contabilidade de Custos, Auditoria Contábil e Perícia Contábil. É palestrante convidado de eventos científicos e de formação profissional, como o Curso de Formação de Peritos em Contabilidade da Polícia Federal. Possui artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, com ênfase em accrual anomaly, earnings quality, earnings management, valuation, sonegação fiscal, auditoria e perícia contábil

Denis Dall'Asta Graduado em Ciências Contábeis pela Fundação de Ciências e Letras de Cascavel (1984), Especialista em Contabilidade Gerencial pela Universidade Estadual de Maringá (1991) e Auditoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1993), Mestre (2000) e Doutor (2006) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente do Mestrado em Contabilidade e Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Revista Ciências Sociais em Perspectiva. Líder do Grupo de Pesquisa em Contabilidade e Finanças. E-mail: denis.asta@unioeste.br

Diego Messias Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE (2009); Especialista em Controle da Gestão Pública pela Universidade Federal da Santa Catarina (2016) e especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional (2012); Mestre em Contabilidade pela UNIOESTE. Participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Financeira e Finanças do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: diegomessias.1986@gmail.com

Gabriel Ramos Lamenha É bacharel em ciências contábeis pela SEUNE, com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Tem experiência com escrituração fiscal e trabalhista, relatórios gerenciais e análise das demonstrações financeiras. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, E-mail: lamenha20@hotmail.com.

Herivelton Antônio Schuster Professor da Universidade da Região de Chapecó - Unochapecó, Faculdade Mater Dei e Instituto Federal do Paraná – IFPR. Graduação em Ciências Contábeis pela Faculdade Mater Dei; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: herivelton_schuster@hotmail.com

Ivone Junges (Economista, Doutora em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professora no Curso de Administração/UNISUL – E-mail: ivone.junges@unisul.br)

Jeanne Marguerite Molina Moreira Professor da Universidade Federal do Ceará; Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Controladoria pela Universidade de São Paulo (USP); E-mail para contato: jeannemoreira@hotmail.com

Jerry Adriani Johann Graduado em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997); Especialista em Engenharia de Segurança do Trabalho pela UFPR - Universidade Federal do Paraná (1998); Mestre em Engenharia Agrícola pela UNIOESTE (2001) Doutorado em Engenharia Agrícola pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas (2011). Atua na graduação em Engenharia Agrícola e na pós-graduação no mestrado/doutorado em Engenharia Agrícola e no mestrado em Administração e Contabilidade. Vice-líder do grupo de pesquisa de Geoestatística Aplicada (GGEA) (1998-Atual) e Grupo de Pesquisa de Otimização de Sistemas Agroindustriais do Oeste do Paraná (GROSAP) da UNIOESTE (1997-Atual), e Grupo de Estudos em Geoprocessamento (GEO) da UNICAMP/SP (2000-Atual). E-mail: jerry.johann@hotmail.com

João Vinicius Santos Correia de Melo É pós graduando em Administração e Contabilidade Pública pela IPOG (2016); Possui graduação em Ciências Contábeis pela Seune (2015). Contém Artigo completo publicado na revista Olhares Plurais; Tem resumos publicados em anais de congressos e fez apresentações de trabalhos em simpósios e congressos, Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas pela aprovação do Comitê Científico do 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade dos dois trabalhos de sua autoria. Atualmente é diretor administrativo e contador da Torquato & Melo Assessoria Contábil e Empresarial e é Controlador Geral da Prefeitura Municipal de Anadia. E-mail: jvscm93@hotmail.com

Keizi Sacon Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Leidyanne Kássia Brandão Carneiro Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (UFC); E-mail para contato: leidyanne_kassia_@hotmail.com

Luiz Ivan dos Santos Silva Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Faculdade Anísio Teixeira; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal da Bahia; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Especialização em Gestão Pública e Planejamento de Projetos pela Faculdade Batista Brasileira; Mestrado em Contabilidade pela Faculdade Visconde de Cairu. E-mail para contato: prof.luizivan@hotmail.com

Mateus Prestes Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Chapecó, Santa Catarina.

Maria Luciana de Melo É Pós-Graduanda em Contabilidade e Direito Tributário pela IPOG (Instituto de Pós-Graduação e Graduação), bacharela em Ciências Contábeis pela SEUNE (Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste), com trabalhos acadêmicos publicados pela Revista Olhares Plurais. Atua como Gerente Financeiro. Recebeu prêmio do Conselho Regional de Contabilidade por participação no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade. E-mail: malumelo87@gmail.com

Maressa Nadir Fonseca Possui graduação em Direito pela Universidade de Cuiabá (2014) e graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso (2014). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito trabalhista; e na área de Contabilidade, com ênfase em Consultoria de micro e pequenas empresas.

Michel Angelo Constantino de Oliveira Professor nos Programas de Doutorado e Mestrado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária e em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Local. Doutor em Economia pela Universidade Católica de Brasília. Pesquisador da área de Políticas Públicas Agroambientais, Economia Comportamental, Economia Regional e Econometria (Métodos Quantitativos). Pesquisador visitante do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA-Brasília/DF. Editor associado da *Economic Analysis of Law Review*. É Vice-líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Cientista de dados.

Nidia Martineia Guerra Gomes Professora do Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (ICEC) e do Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso (IESMT) nos cursos de administração, ciências contábeis e direito. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá – PR. Especialista em Economia

Agroindustrial pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Mestre em Agricultura Tropical pela Universidade Federal de Mato Grosso – MT. Doutoranda em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. E-mail para contato: nidiaguerra2@gmail.com

Ozeni Souza de Oliveira Graduação em Ciências Biológicas. Pós-graduação em Ciências e Biotecnologia de Alimentos. Mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária

Reginaldo Brito da Costa Professor titular da Universidade Católica Dom Bosco. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Ciências Florestais pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Doutor em Ciências Florestais pela Universidade Federal do Paraná. Revisor dos periódicos científicos *Bragantia*, *Crop Breeding and Applied Biotechnology*, *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, *Ciência Rural*, *Scientia Forestalis*, *Ciência Florestal*, *Interações*, *Multitemas*. É líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no DGP/CNPq: Desenvolvimento, meio-ambiente e sustentabilidade, envolvendo pesquisadores nacionais e internacionais. No grupo de pesquisa destaca-se entre outros, o tema: Caracterização, variabilidade e diversidade genética em populações arbóreas com finalidades madeiráveis e, especialmente não madeiráveis, incluindo-se medicinais com utilização em saúde. Membro titular do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), Campo Grande, MS.

Reinaldo de Almeida Coelho, Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC, Florianópolis, Santa Catarina. Possui graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), mestrado em Industrial and Systems Engineering - Virginia Polytechnic Institute and State University (2002), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012). Atualmente é gerente regional - Fundo Criatec - BNDES e professor universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Finanças, atuando principalmente nos seguintes temas: alocação de recursos, políticas públicas, desenvolvimento econômico, finanças corporativas e mercado de capitais.

René Becker Almeida Carmo Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial *lato sensu* da Universidade Estadual de Feira de Santana; Graduação em Ciências Econômicas pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia; Especialização em Consultoria Industrial pela SUDENE/UFPB; Mestrado em Ciências Agrárias pela Universidade Federal da Bahia; Doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail para contato: rene@uefs.br

Roberto Carlos Klann Professor da Universidade Regional de Blumenau. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; Doutorado em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB. E-mail: rklann@furb.br

Roberto Francisco de Souza Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena – AJES (2009). Especialização em Contabilidade Gerencial e Controladoria em andamento pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Contabilidade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), participante do Grupo de Pesquisa em Contabilidade Gerencial e Controle em Organizações do Mestrado em Contabilidade (UNIOESTE). E-mail: robertofsouzajr@gmail.com

Rodney Wernke (Contador, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas/UFSC, Professor no Curso de Administração/UNISUL e Professor no PPG em Ciências Contábeis e Administração/UNOCHAPECÓ – E-mail: rodney.wernke@unisul.br)

Rosane Aparecida Kulevicz Professora na UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso – FAC – Faculdade de Administração e Contábeis do departamento Ciências Contábeis Desde agosto de 1992 - até o momento. Graduada na - Universidade Federal de Mato Grosso em Bacharelado em Ciências Contábeis, 1988 – 1991; Especialista em Administração, pela Universidade de Tiradentes – RJ, Especialização em administração, 1994 – 1996; MBA em gestão Empresarial, pela Fundação Getúlio Vargas – RJ em Master of Business Administration (MBA), Economia e Gestão Empresarial, 1999 – 2001; Mestra em Ciências Contábeis e Atuariais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP em Ciências Financeiras e Contábeis e Atuariais, 1999 – 2002. Doutorando em CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA. Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, Campo Grande, MS; e-mail para contato: rosaneakulevicz@gmail.com

Sady Mazzioni Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela FURB; Professor do Programa de Mestrado Ciências Contábeis e Administração da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó); Professor do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina.

Sandro Aparecido Lima dos Santos Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá. Graduado em Ciências Sociais pela UNESP – Universidade Estadual Paulista – Campus Marília. Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: sandroal.santos@gmail.com

Selma Alves Dios Professor da Universidade Federal Fluminense. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Ciências Contábeis pela fundação Getúlio Vargas. Doutorado em Contabilidade e finanças pela Universidad de Zaragoza, Espanha

Sérgio Murilo Petri Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC; Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor do Curso de Ciências Contábeis da UFSC. Florianópolis, Santa Catarina.

Silvana Dalmutt Kruger Doutoranda em Contabilidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Mestra em Contabilidade e Professora do Curso de Ciências Contábeis da Unochapecó; Chapecó, Santa Catarina.

Sílvio Parodi Oliveira Camilo, Universidade do Extremo Sul Catarinense-UNESC, Criciúma, Santa Catarina. Pós-doutorado em Ciências Contábeis-PPGC-UFSC. Doutorado em Administração e Turismo pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestrado em Administração e Negócios, com ênfase em estratégia empresarial (PUC/RS). Pós-graduação em Finanças das Empresas, em nível de especialização (UFRGS). Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade Porto Alegre de Ciências Contábeis e Administração. Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Graduação em Ciências Econômicas (UNISUL). Estudante de Filosofia (UNISUL). Líder do Grupo de Pesquisa Estratégia e Competitividade -GECOMD (UNESC); e membro do GP Estudos em Estratégia e Performance- GEEP (UNIVALI/SC). Professor de Pós-graduação do Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico - PPGDS (UNESC). Tem interesse em pesquisa nos seguintes temas: Finanças, Estratégia, Governança Corporativa, Determinantes da Inovação e Procedimentos Metodológicos de Pesquisa. É membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) nas áreas temáticas de Estratégia, Finanças e Contabilidade

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-51-6



9 788593 243516